

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Senhores Membros da
Assembleia Municipal


1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter a V.Exas. o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre a Execução orçamental, o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras, do **Município de Sever do Vouga**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, dando, assim, cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, a atividade desenvolvida. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos regulamentos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos, nesta data, a respetiva Certificação Legal das Contas.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a) o Balanço, a Demonstração dos resultados e o correspondente Anexo e os Mapas de execução orçamental, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Município e dos seus resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - c) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade do Município, evidenciando os aspetos mais significativos; e
 - d) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições legais.
5. Face ao exposto, e tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que o Relatório de gestão e as Contas estão de acordo com as disposições legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Porto, 24 de abril de 2013

O AUDITOR EXTERNO

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associado, SROC, Lda

Representada por:



Helder Manuel Martins Pereira - ROC N.º 1222

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Sever do Vouga**, as quais compreendem o Balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, (que evidencia um total de 70.728.959 euros e um total de fundos próprios de 44.305.843 euros, incluindo um resultado líquido de 1.966.013 euros), a Demonstração dos resultados e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 8.894.312 euros de despesa paga e um total de 10.720.510 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº. 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;
- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. O Município possui mapas de inventário dos bens móveis e imóveis, elaborados de acordo com o previsto, na Portaria 671/2000, de 17 de abril. No entanto, não está assegurado de forma inequívoca que estes incluem a totalidade do imobilizado e pelos valores adequados. Relativamente aos bens imóveis, sujeitos a registo, não foi possível identificar, para a totalidade dos mesmos, a inscrição matricial e o registo na Conservatória do Registo Predial. Assim, não é possível aferir sobre a razoabilidade dos valores dos bens móveis e imóveis incluídos nas várias rubricas do imobilizado (os bens móveis incluídos no imobilizado corpóreo ascendem a 1.135.045 euros e os bens imóveis incluídos nos bens de domínio público, imobilizado corpóreo e investimentos financeiros ascendem, respetivamente, a 38.242.805 euros, 17.819.197 euros e 903.776 euros).

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº. 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Sever do Vouga**, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da Autarquias Locais em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião, que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.




Ênfase

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 8, chama-se a atenção para o facto de, em 2012, se ter procedido à transferência de todo o património da “Vougapark – Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga, EM, SA”, para o Município de Sever do Vouga, através da figura de internalização, prevista no Art.º 65º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em consequência das deliberações tomadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, que foram no sentido da dissolução, liquidação e partilha da referida empresa municipal. Este facto implicou o registo: de ativos no montante de 8.587.955 euros; de passivos no montante de 8.731.293 euros; de custos extraordinários no montante de 1.653.638 euros; e de proveitos extraordinários e outras receitas de capital no montante de 1.510.301 euros.

Porto, 24 de abril de 2013

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associado, SROC, Lda

Representada por:



Helder Manuel Martins Pereira - ROC N.º 1222